

Povos/populações tradicionais entre o nomadismo e a circulação securitária no neoliberalismo

Flávia Cristina Silveira Lemos¹
Eliéser Azevedo²

Povos/populações tradicionais entre o nomadismo e a circulação securitária no neoliberalismo

Resumo: Busca-se, neste artigo, traçar algumas linhas de um mapa móvel e dinâmico, ensaiando um diagrama de forças entrecruzadas sobre o tema do nomadismo, como resistência às forças neoliberais que funcionam, em rotação acelerada, na atualidade. Partimos das contribuições de Deleuze, Guattari e Foucault para problematizar os efeitos nestas tecnologias de poder, saber e subjetivação.

Palavras-chave: Nomadismo. Resistência. Poder. Neoliberalismo.

Folk/traditional populations between nomadism and circulation securitarian on neoliberalism

Abstract: The purpose of this article is to draw a few lines of a mobile and dynamic map, rehearsing a diagram of intersecting forces on the theme of nomadism as resistance to neoliberal forces that work in accelerated rotation today. We set out the contributions of Deleuze, Guattari and Foucault to problematize the effects these technologies of power, knowledge and subjectivity.

Keywords: Nomadism. Resistance. Power. Neoliberalismo.

Povos/poblaciones tradicionales entre el nomadismo y la circulación securitária en el neoliberalismo.

Resumen: El propósito de este artículo es el de extraer algunas líneas de un mapa móvil y dinámico, ensayando un diagrama de intersección de las fuerzas sobre el tema del nomadismo como la resistencia a las fuerzas neoliberales que trabajan en una rotación acelerado en la actualidad. Partimos de las contribuciones de Deleuze, Guattari y Foucault para problematizar los efectos que estas tecnologías de poder, el conocimiento y la subjetividad.

Palabras clave: Nomadismo. Resistencia. Poder. Neoliberalismo.

Extrativistas, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, mulheres quebradeiras de coco, pescadores, coletores de açaí e tantos outros grupos sociais que não estavam intensivamente estratificados pela geografia humana e política, pela antropologia, pelos censos estatísticos, distantes ou à margem das cidades e da administração direta do Estado, estão sendo alvo, nas últimas décadas, do que passou a ser chamado de investimentos locais e comercialização de seus modos de vida, em um mercado da

¹ Programa de Pós-graduação em Psicologia - UFPA.

² Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e gestor da RESEX Marinha Araí-Peroba - PA.

singularidade. Inúmeros assessores de organizações diversas nacionais e internacionais, peritos de ONGs e de universidades têm objetivado administrar a vida daqueles que passaram a ser nomeados de povos ou populações tradicionais (PARESCHI, 2002).

Pensar estes grupos como povos implicou em legalizar seus atos pelo Estado Soberano. Mas regulá-los, nomeando-os de populações tradicionais permitiu operar procedimentos de organização por meio do governo da conduta em termos de segurança política e econômica, em dimensões biológicas e culturais simultaneamente.

Outra questão é problematizar o adjetivo: “tradicionais” porque este remete ao congelamento de uma memória, supostamente homogênea e unitária, em que valores seriam, agora, destruídos ou deturpados pelas relações com outras culturas híbridas. Se interrogarmos esse adjetivo, em suas implicações antropológicas e históricas, poderemos questionar a visão de cultura como alma coletiva ou como oposição entre civilizados e exóticos de maneira estigmatizante e reducionista (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Em ambas, há uma racionalidade racista em jogo, que inferioriza certos modos de ser e ainda pode extrair lucro em meio ao funcionamento desta hierarquia de valores naturalizados e organizados em um mercado (RIBEIRO, 1992). Foucault (2008a) produziu um relevante legado no curso *Segurança, território e população*, em que escreveu uma história crítica de relações entre uma encomenda de circulação e a possibilidade de constituição de um modo de ser pautado no liberalismo.

Em sociedade de soberania, até o século XVII, importava gerir o território e os bens, confiscando terra e corpos. Contudo, a partir da emergência do capitalismo industrial, com o nascimento e expansão das cidades, seguidos do aparecimento dos saberes: da geografia, da história, da estatística, da medicina social, da ciência política, da psicologia, da sociologia e da economia houve uma mutação no governo das condutas, em que o Estado moderno é forjado e se torna regulador das populações, na segunda metade do século XIX.

Anteriormente, ainda no século XVII, técnicas policiais entraram em cena, visando disciplinar os corpos, no espaço, no tempo, nos equipamentos, na cidade e nas casas, por meio de tecnologias de exame, de vigilância e de sanção pautada nas normas. Estas técnicas policiais funcionavam como controle de minúcias, em que todos eram incitados a se governarem mutuamente.

A disciplina era um mecanismo individualizante que operava em termos de esquadrihar os corpos na cidade, de lhes tornar dóceis e produtivos, fazendo-os circular de maneira a evitar perigos e riscos, em especial, separá-los em espaços específicos, em tempos produtivos e administrados para evitar-se revolta (FOUCAULT, 2008a).

Já, a biopolítica era uma técnica que implicava a totalização dos processos de gestão, em que o objetivo é promover segurança de modo mais flexível em nome da vida, controlando o corpo biológico para cultivar a saúde e impedir as epidemias e o contágio. Assim, o espaço é o local em que os grupos

poderão transitar, desde que monitorados, permanentemente, em circuitos de controle.

Disciplina e biopolítica são utilizadas para prescrever relações dos corpos com o espaço, a circulação produtiva economicamente e securitária. Na atualidade, o neoliberalismo opera gerências dos corpos e das populações, visando a ampliar os lucros cada vez mais, retirando de cada circuito uma modulação monetária e produtora de obediência de maneira simultânea (FOUCAULT, 2008a).

Somos vigiados internamente aos muros institucionais, mas também somos alvo de vigilância em meio-aberto, como já assinalou Deleuze (1992), ao descrever a transformação da sociedade disciplinar em de controle; apesar de, em muitos locais, ainda existirem mecanismos disciplinares amalgamados de biopolíticos e de soberania também.

Os espaços de nossas casas foram reorganizados para nos medicalizar e fazer com que sejamos disciplinados e saudáveis, em relações sociais que potencializam docilidade política e menos abertura de operar resistências a estes mecanismos. Todavia, estes espaços estriados, esquadrihados por aparatos de controle vão sendo bifurcados em processos de desterritorialização, abrindo brechas para territórios lisos e nômades.

Deleuze e Guattari (1997) ressaltam que o espaço estriado é recortado, codificado, regulado pelo Estado e pela sociedade e o espaço liso é vetorial, marcado pela multiplicidade, pelos fluxos abertos e diferenciais. Se o capitalismo mundial vai sendo integrado pela comunicação cada vez maior das maneiras de circulação produtivas, operacionalizado por um espaço estriado, as máquinas nômades são guerreiras e fazem as fronteiras e medidas perderem espessura e ganharem porosidade.

A segurança pretendida no neoliberalismo se realiza pela codificação da circulação em um estriamento dos circuitos e percursos antecipadamente, de maneira prevista por cálculos de probabilidade estatísticos. A geografia de Estado foi sendo apropriada a serviço da gestão dos riscos e dos perigos; fazendo das resistências novos produtos de consumo para serem comercializados, estratificando o espaço liso e aberto em fluxos capitalísticos.

Contudo, as bordas do mapa geográfico escoam e transbordam, metamorfoseando as tentativas de segurança em vetores disparatados e inventivos de pensamentos e dissidências dos aparelhamentos da vida. As variáveis extensas entram em possibilidades de variações não ordenadas pelas linhas duras da previsibilidade.

A descontinuidade das linhas implica a constituição de trajetos que podem sofrer variações, em fugas às estradas administradas pelo Estado e seus aparelhos de controle da velocidade do movimento. Forças intensivas vão operando em turbilhões de devires que não foram antecipadamente tramados ou capturados pela máquina de guerra estatal (DELEUZE & GUATTARI, 1997).

O corpo biológico, dividido em órgãos de um organismo, na biopolítica vai sendo desmaterializado pelas linhas do corpo sem órgãos nômade. Assim, nomadizar não é circular como

turista que consome pacotes de viagens pelo mundo em um lazer formatado ou para trabalhar como migrante disponível a ser transformado em capital explorado no campo imaterial da força de produção (CARDOSO JÚNIOR, 2004).

Se a sociedade de controle e de segurança funciona como vampiros ávidos em extrair a potência inventiva, tornando-as trabalho executado e rotina reprodutora; que opera segurança econômica e política para a máquina mundial, os fluxos nômades rompem com a divisão social, econômica e intelectual do trabalho.

Em *Nascimento da Biopolítica*, Foucault (2008b) destaca como por meio de práticas sociais e históricas, o Estado passou a regular os valores que estavam à margem do capitalismo neoliberal. Ele descreve como grupos que estavam sem a visibilidade da regulação do governo das condutas passaram a ser alvo de políticas de mapeamento e de microcrédito, visando fazer que os mesmos gerassem renda, organizados em associações.

Por isto, Foucault (2008b) já alertava para o fato de que o utilitarismo é uma tecnologia de governo em que um Estado governamentalizado se pergunta quais devem ser suas práticas consideradas úteis e quais não seriam, quando se trata de suas competências e dos limites das mesmas.

Neste sentido, projetos locais operam, utilitariamente, por meio de ONGs e de fundações, do Banco Mundial e de agências da Organização das Nações Unidas, atuando em conjunto com a regulamentação dos Estados, para induzirem a formação de pequenos empreendedores, que fiquem fixados em seus territórios locais, sem migrar, gerando renda e garantindo, supostamente, a segurança e a circulação da economia sem o perigo de trânsito dos corpos pelas fronteiras regionais e nacionais (PARESCHI, 2002).

Na Amazônia, muitas das entidades que surgiram, sobretudo nos anos 60 e 70, antes de serem não governamentais foram entidades sem fins lucrativos. Observe-se que a denominação dessas entidades é, nos dois casos, feita pelo negativo (não e sem). No entanto, o que se nega nos dois casos é diferente: de início nega-se o lucro – sem fins lucrativos – e, depois, nega-se o Estado por meio da negação dos governos – não governamentais. Desloca-se, assim, a questão do campo da relação da sociedade com o Estado, que melhor caracteriza-se a ideologia liberal. [...] Sabemos que a identidade de organizações governamentais está ligada às tradições liberais com fortes raízes na formação político-cultural norte-americana. Afinal, não governo é a matriz do pensamento liberal. O crescimento dessas entidades, de início nos países centrais revela, ao contrário do que se diz, a fragilidade da sociedade civil para sustentar e garantir as conquistas efetuadas nos marcos do *Welfare State*. (GONÇALVES, 2010, p. 165).

Para alguns, a circulação é lucro e, para outros, a mesma é vista como geradora de insegurança e de prejuízo econômico. O Estado neoliberal deverá liberar crédito aos chamados pequenos negócios ao invés de manter estes grupos com intervenções de políticas públicas que garantam direitos sociais (FOUCAULT, 2008b). O acesso ao crédito, para que cada grupo faça seus supostos investimentos e a assessoria para que formem comunidades de geração de renda, é o objetivo de programas delineados por agências multilaterais, hoje.

Outro nome para esta prática é desenvolvimento sustentável, nas palavras de economistas biossociais. Dessa maneira, é a própria organização social que é alvo de um processo de mercantilização. A sociedade neoliberal relaciona mecanismos judiciais aos empresariais, fazendo da diferenciação e multiplicidade mercadorias a render lucros. Assim, todas as relações são analisadas pelo modelo da empresa (FOUCAULT, 2008b).

Os assessores do Banco Mundial e da ONU circulam internacionalmente, oferecendo suas receitas de segurança mundial, com propostas de uma política da ampliação do associativismo lucrativo, que vise aumentar acessibilidade às oportunidades meritocráticas e liberais, em que o Estado deve possibilitar o acesso ao microcrédito a todos, contratualizando juridicamente todas as relações sociais (PARESCHI, 2002; RIBEIRO, 2005).

Os grupos alvo destes projetos e programas deverão criar cooperativas por meio da indução de incubadoras que os ensinem a se organizar como microempresas que poderão vender o artesanato local, o turismo verde, as raízes, seus pescados, seus óleos, suas ervas e suas frutas regionais. A biodiversidade é eleita patrimônio cultural e biológico, mapeada por especialistas que a classificam e catalogam. Os próprios costumes e modos de vida dos povos/populações “tradicionais” entram na rede de conexões patrimoniais, em uma sociedade globalizada no direito, na economia e na cultura.

Estes povos/populações são organizados de maneira sistêmica, em uma perspectiva cognitivista e ambientalista, simultaneamente. Suas crenças, conhecimentos e comportamentos entram em um cálculo político, jurídico e econômico no mercado de valores e de relações sociais.

A valorização da vida, como atestam a Teoria da Gaia ou a biotecnologia, ou a descoberta de novos materiais e procedimentos tecnológicos, menos consumidores de energia e matéria-prima, a consciência ecológica, ensejam enfim novas e outras perspectivas para as populações, como as indígenas, que dependem fortemente de uma relação com (e contra) a natureza. [...] As populações indígenas são portadoras de um acervo cultural extremamente rico, assim como de um enorme conhecimento a respeito da biodiversidade das florestas e demais ecossistemas da Amazônia e, por isso, se constituem em importantes protagonistas para o desenvolvimento de tecnologias de ponta, como a biotecnologia, exatamente num momento em que o conhecimento se torna um dos principais trunfos para o futuro. E conhecimento acerca desse complexo ecossistema é o que não lhes falta. (GONÇALVES, 2010, p. 137-139).

As denominadas particularidades vão sendo agenciadas pelo Estado com fins de codificação, emerge uma sociedade empresarial, modos de subjetivação econômicos e securitários que mercantilizam: os estilos de vida, as etnias, a geografia, as relações de gênero, a orientação sexual, os valores, as religiões, as maneiras de se alimentar e os nomeados práticos típicos, os fazeres cotidianos, as línguas, as tecnologias e a arte local/regional (DELEUZE & GUATTARI, 1997).

A dimensão ambiental emerge profundamente ligada às questões social e cultural, sem admitir separações abstratas entre o natural e o cultural. Perceberam essas populações que a defesa de seus modos de vida implicativa a superação dos níveis de miséria a que estavam submetidas. (GONÇALVES, 2010, p. 153).

O caboclo ribeirinho é, sem dúvida, o mais característico personagem amazônico. Em suas práticas estão presentes as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do imigrante português, de migrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas desenvolveu todo um saber na convivência com os rios e com a floresta. A pesca é uma das atividades de seu complexo cultural [...]. (GONÇALVES, 2010, p. 155)

O capitalismo atual se apropria dos saberes e das sociabilidades dos grupos; das comunidades; do trabalho vivo (imaterial) também chamado inventivo (inovação). Todos são convidados a uma participação democrática ativa denominada empoderamento comunitário. A empresa estaria em todos os lugares, em qualquer território ela pode ser incitada e organizada como uma empresa-sociedade tal qual uma rede interativa capitalizada (MOULIER-BOUTANG, 2003).

Deleuze e Guattari (1997) afirmam que o Estado nasce codificando a vida dos coletores e dos caçadores, fazendo-os viver como agricultores e criadores de animais, subjetivando-os como trabalhadores divididos na lógica econômica rural. Para tanto, cria circuitos entre o que passou a denominar zona rural à zona urbana, fazendo corpos e bens circularem em uma lógica do capital. Assim, as axiomáticas do capital articulam as forças centrífugas em círculos centrípetos da serpente da economia mundial integrada, estratificando o espaço e os modos de viver.

A RESEX combina assim o usufruto de cada família individualmente e a propriedade comunitária, sob a tutela do Estado, mas sob a gestão participativa das entidades da sociedade civil organizada, tendo em vista garantir um uso sustentado dos recursos naturais e, assim, gerando as condições institucionais para que se vá além de um desenvolvimento sustentado, mas sim em direção a uma sociedade que dispõe de instituições que apontam para autogestão. Como nenhuma sociedade ou grupo social é auto-suficiente, o vínculo institucional com o Estado abre a possibilidade de diálogo no qual pactos de regulação podem ser ensejados com a sociedade envolvente. (GONÇALVES, 2010, p. 133)

As reservas florestais extrativistas foram criadas, no Brasil, na segunda metade da década de oitenta, no século XX. Contudo, estas são ligadas à cidade e à metrópole por circuitos para onde tudo deve convergir por meio dos transportes, bancos, ruas, estradas, lazer, shoppings, aeroportos, lojas, restaurantes, casas de show, supermercados, bairros, espaços ditos de lazer, venda de serviços, hospitais, escolas, universidades e centros de pesquisa, interligados às cidades pequenas e de médio porte, aos territórios classificados como rurais e às reservas florestais e áreas especiais que abrigam os povos/populações tradicionais.

[...] o agroextrativismo se apresenta como uma alternativa possível para a Amazônia, não só porque já está inserido nas práticas culturais de suas populações como, também, se mostra mais eficiente quando os parâmetros são os interesses maiores da sociedade e não os interesses imediatistas, resumidos numa racionalidade econômica estreita, cujos parâmetros são individualizados. (GONÇALVES, 2010, p. 147)

A estrada é a ligação entre a cidade e os fluxos que estão ao seu redor, permitindo o escoamento do resultado de um processo de produzir a produção, forja mercados e a demanda por eles; funciona arquitetando uma disposição do território. A comunidade é convidada a um

investimento pela polícia do Estado, canalizando o nomadismo (FOUCAULT, DELEUZE, GUATTARI, 2006).

O FMI e o Banco Mundial chegam a falar da gestão das sinergias participativas sob a rubrica do que designaram como capital social a ser mobilizado em prol de um desenvolvimento social e econômico. Ainda é recente a análise do impacto dessas políticas de cunho socioambientalista e econômico na vida cotidiana de comunidades de pescadores e de diversos segmentos que vivem do extrativismo, de grupos denominados quilombolas e ribeirinhos, de povos indígenas, entre outros.

No bojo destes acontecimentos, há uma valorização dos valores regionais, que passam a ser negociados não apenas como equivalentes do capital, mas também como armas nas lutas frente às tentativas nacionalista que atuavam explorando a fauna, a flora, os minérios e os povos/populações destas regiões (HAESBAERT, 2010).

Todavia, em tese de doutorado, Pareschi (2002) destaca que estes projetos de organismos internacionais; articulados às ONGs, aos bancos e ao Estado têm repercutido pouco na transformação concreta das desigualdades socioeconômicas experimentadas pelos “povos” e/ou “populações” “tradicionais”.

Rios (1987) alerta que entrou em cena um movimento conservador liberal de formulação de cooperativas, no Brasil, nas décadas de trinta e quarenta, do século XX. Este foi renovado pelo empreendedorismo neoliberal apenas acirrando em termos de funcionamento como mercado liberal.

A cultura tem sido capitalizada como negócio de uma sociedade subjetivada pela racionalidade empresarial, que vende e compra o chamado patrimônio histórico-cultural, tanto consumindo o exótico e a cultura popular, pelos membros das elites globais, que circulam como turistas ávidos em comprar e experimentar algo que lembre algum tipo de memória perdida, em um mundo em que tudo parece escapar e fugir rapidamente com os fluxos acelerados do capital mundial integrado (DELEUZE, 1992; RIBEIRO, 2005).

Desse modo, podemos concluir, temporariamente, que os fluxos nômades foram capturados por racionalidades mundiais da economia política e dos contratos jurídicos, contudo, escoam para além dos contornos dos mapas geográficos e operam devires, apesar das sobrecodificações dos anéis da serpente ondulante, no capitalismo atual judiciário e empresarial.

Há linhas rizomáticas que rompem com as previsões da segurança e do cerceamento às formas de circulação daqueles que foram fixados em territórios e impedidos de cruzar as fronteiras, sejam elas subjetivas, econômicas, culturais, políticas e sociais.

Referências

CARDOSO JÚNIOR, H. R. Nomadismo e nomadologia para subjetividades contemporâneas, segundo Deleuze e Guattari. In: FRANÇA, S. e colaboradores (Org.) *Estratégias de controle social: errância, criminalização e gestão de risco*. São Paulo: Arte & Ciência/UNESP, 2004. pp. 126-133.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume V. São Paulo: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, R. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOULIER-BOUTANG, Y. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, A. P.; SILVA, G.; COCCO, G. (org.) *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A,

PARESCHI, A. C. *Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília/UNB, Brasília, 2002.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Série Antropologia*. n. 123, 1992.

RIBEIRO, G. L. Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, n. 60, p. 145-165, 2005.

RIOS, G. S. L. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Recebido em 09/11/2013

Aprovado em 05/01/2014
